

Resenha bibliográfica

The labor market as a social institution, por Robert Solow. Cambridge, Massachusetts, Blackwell, 1990.

Alexandre Rands Barros*

Neste livro, o ganhador do Prêmio Nobel de 1987, Robert Solow, retorna a uma das mais antigas e persistentes preocupações de sua carreira acadêmica: o funcionamento do mercado de trabalho. Depois da completa assimilação da idéia de expectativas racionais pelos neokeynesianos,¹ com obtenção dos seus principais resultados quanto ao papel de choques de demanda na determinação da renda, o funcionamento do mercado de trabalho tornou-se a maior fonte de divergências entre os dois mais importantes paradigmas na economia norte-americana: neokeynesianos e novos clássicos. Tal fato dá uma importância especial a um livro em que um dos expoentes do neokeynesianismo se debruça sobre essa questão.

O objetivo do livro é mostrar que a visão de equilíbrio no mercado de trabalho, por interação da oferta e da procura por trabalho, não é satisfatória para explicar o comportamento desse mercado. Solow apresenta uma visão neokeynesiana do mercado de trabalho, contrapondo-a às concepções dos novos clássicos, ao buscar justificar a persistência do desemprego involuntário na economia pelas particularidades do mercado de trabalho, que o diferencia dos mercados para os demais bens da economia. Nesse sentido, Solow tenta introduzir a noção da importância das instituições sociais e das idéias que as pessoas têm de si mesmas e do mercado de trabalho para o funcionamento deste último. Elas afetariam o mercado de trabalho na determinação tanto dos salários quanto de uma taxa de desemprego sem efeito inflacionário, tradicionalmente conhecida como taxa natural de de-

* Ph.D em Economia pela Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign, EUA; economista da Organização Internacional do Açúcar, Londres.

¹ O termo neokeynesianos empregado aqui agrega aqueles economistas que trabalham com a síntese neoclássica da teoria keynesiana, os quais, certa vez, foram chamados por Joan Robinson de "keynesianos bastardos".

semprego. Quanto ao caso dos salários, particularmente, Solow ressalta a importância da idéia de justiça na determinação dos salários.

O livro é dividido em três capítulos que tratam, respectivamente, daquelas evidências contra a teoria de equilíbrio no mercado de trabalho que dão suporte à hipótese de que relações sociais desempenham um papel importante no mercado de trabalho (1); de teorias que poderiam explicar a persistência do desemprego (2); e das conseqüências práticas dessas teorias (3). As evidências apresentadas são de três tipos: empíricas, apelo ao senso comum e apelo a autoridades. Dois apelos a autoridades são usados. Um deles é a um artigo de Alfred Marshall intitulado Uma taxa de salários justa, no qual Marshall argumenta que há na sociedade a idéia de um salário justo, tanto entre os empregadores quanto entre os empregados, e que há uma pressão social muito grande para que se pague esse salário. O segundo apelo feito é à descrição de Danthine e Lambelet (1987 e 1988) do mercado de trabalho suíço. Segundo eles, os salários na Suíça são determinados por barganha, são flexíveis e se ajustam de acordo com os movimentos do PNB. Há a idéia de que o desemprego representa um mal muito grande para o trabalhador e, portanto, à flexibilidade dos salários corresponde uma menor flexibilidade do emprego. Para Solow, esse tipo de arranjo político-institucional é uma demonstração do papel da idéia de justiça na determinação dos salários.

Três fatos são usados por Solow para persuadir os leitores a reconhecerem que instituições sociais têm um papel a desempenhar no mercado de trabalho. O primeiro deles menciona o fato de que os piquetes de trabalhadores, quando direcionados à obtenção de salários mais altos, sempre apelam por justiça. O segundo fato é que a atribuição de um papel importante às normas de equidade e justiça na determinação dos salários sempre aparece na literatura sobre relações industriais e administração de pessoal. O terceiro fato é que normalmente os salários e o emprego estão profundamente vinculados ao *status* social e à satisfação pessoal dos trabalhadores. Daí a importância de elementos sociais na determinação dos salários.

O outro grupo de evidências mencionadas por Solow envolve conclusões mais técnicas. Um primeiro grupo delas vem de experimentos feitos em Illinois (EUA), em 1984, para verificar se uma política de incentivos financeiros para se obter um emprego, dada aos que recebiam seguro-desemprego, surtiria efeito. Criaram-se dois grupos, num dos quais os trabalhadores, além de receberem o seguro-desemprego, tinham um bônus para conseguir emprego em um determinado prazo (grupo experimental); e outro em que eles apenas recebiam o seguro-desemprego (grupo-controle). Os resultados obtidos não dão suporte à teoria neoclássica de equilíbrio no

mercado de trabalho, mas, por outro lado, são perfeitamente justificáveis por um modelo em que haja desemprego involuntário.

Um segundo grupo de evidências mais técnicas vem de uma pesquisa feita para avaliar a política adotada por alguns estados americanos de vincular as transferências do governo a trabalhos desempenhados em instituições, às quais os assistidos eram alocados. As conclusões relevantes levam a crer que há entre a população assistida a ética do trabalho. As pessoas achavam melhor receber dinheiro do governo prestando serviço do que como mera transferência. Os resultados mostram, além disso, que a noção de justiça dos ganhos também é um elemento psicológico importante entre os beneficiários.

Já no segundo capítulo, Solow apresenta como evidência contrária ao modelo clássico, que não admite a existência de desemprego involuntário, a inexistência de comportamento contracíclico da demanda por bens de consumo tipicamente associados ao lazer.

Assim, partindo do pressuposto de que as evidências contrárias ao modelo clássico são conclusivas, Solow apresenta três teorias que justificam a persistência de desemprego involuntário. Duas delas são apenas uma revisão das duas teorias do mercado de trabalho com maior popularidade entre neokeynesianos: a teoria do salário-eficiência e a teoria do *insider-outsider*. Para Solow, essas duas teorias são incompletas, já que não explicam por que os desempregados, sendo agentes racionais que têm em mente os seus próprios interesses, não oferecem seus serviços a um salário suficientemente mais baixo para conseguir um emprego.

Diante dessa falha, Solow introduz uma hipótese baseada no dilema dos prisioneiros, um problema tradicional na teoria dos jogos. Nesse jogo, dois prisioneiros teriam duas opções, cooperarem entre si ou não. Se ambos cooperam, os benefícios para os dois são máximos. Se apenas um coopera, ele se prejudica e o outro obtém um benefício intermediário. Apesar de haver uma propensão à não-cooperação, quando não se pode fazer um arranjo prévio, a reprodução temporal infinita desse jogo tende a levar a uma situação de cooperação mútua estável. Solow argumenta que o mercado de trabalho funciona como esse jogo. Os trabalhadores não oferecem seu trabalho por um salário mais baixo do que o que está em vigor, porque nesse caso estariam adotando uma estratégia de não-cooperação que, no longo prazo, teria um efeito negativo para eles mesmos, já que levaria à predominância de salários mais baixos. Aplicado ao mercado de trabalho, esse jogo leva a vários possíveis equilíbrios, muitos deles com desemprego.

Solow não vê essas idéias como sendo uma descrição literal do mercado de trabalho, e sim como uma metáfora. Esse comportamento teria emergido da experiência e da razão, e estaria funcionando como norma social.

Solow apresenta algumas conseqüências da última teoria apresentada:

1. Há um equilíbrio múltiplo no mercado de trabalho, mesmo se houver uma correspondência de um para um entre emprego e salário. Isso permite compatibilizar a teoria apresentada com a existência de racionalidade por parte das empresas e a existência de funções de produção contínuas e com produtividade marginal decrescente.
2. O intervalo possível para a taxa de desemprego pode ser limitado acima e abaixo. Com isso, a teoria pode ser compatibilizada com o resultado empírico de que essa taxa não é explosiva.
3. As taxas de desemprego e salário predominante dependem não só das características estruturais do mercado de trabalho, mas também do desenvolvimento passado. A dependência intertemporal do salário e do desemprego é um resultado empírico largamente aceito, que pode ser explicado pela teoria descrita.

De acordo com a primeira consequência apresentada, várias taxas de desemprego poderiam representar um equilíbrio estável. A questão sobre qual delas tornar-se-ia a taxa dominante depende da história da economia. Usando a idéia da existência da curva de Phillips na sua forma aceleracionista, que é uma idéia largamente aceita em economia, Solow cria a hipótese de que a taxa de desemprego de equilíbrio estável é aquela não-inflacionária. Essa taxa é normalmente associada à taxa natural de desemprego. De acordo com a teoria da determinação dos salários e do desemprego apresentada, essa taxa não pode ser fixa, já que ela tem uma determinação histórica.

Solow também faz alguns comentários sobre as consequências das idéias apresentadas para a política econômica, quando incluída num modelo conjuntamente com a versão aceleracionista da curva de Phillips:

1. O nível de desemprego pode ser reduzido via políticas econômicas por consequência da existência do equilíbrio múltiplo. Tal possibilidade é suprimida pelos novos clássicos.
2. As consequências para a inflação podem ser importantes, principalmente quando a taxa natural de desemprego tem que ser fortemente afetada.
3. A inflação é um custo para se reduzir o desemprego, não para manter-se o desemprego baixo.
4. Choques que levam ao aumento do desemprego terão um efeito inflacionário no futuro, quando se tentar reduzi-lo novamente.

Como visto, Solow apresenta nesse livro mais uma tentativa de superar a dificuldade que os neokeynesianos têm para dar fundamentos microeconômicos às imperfeições no mercado de trabalho. Solow enfatiza as consequências das teorias apresentadas para o nível de emprego. A nova teoria apresentada, contudo, é promissora não só para explicar a persistência do desemprego como também a estabilidade dos salários nos ciclos econômicos, como tem sido encontrado pelos estudos empíricos. Ela certamente

somar-se-á às outras duas teorias que foram sinteticamente discutidas e à hipótese de que as firmas poderiam prover um seguro aos trabalhadores contra as oscilações do salário ótimo, que estaria embutido nos contratos, para explicar essa estabilidade dos salários.²

A teoria introduzida por Solow pode ser usada para justificar um dos mais sérios problemas das teorias que aceitam a existência de desemprego estável: por que os trabalhadores não rebaixam o salário a um nível de subsistência ou o suficiente para eliminar o desemprego? Essa questão não é um problema particular da teoria neokeynesiana. Ela também está presente, por exemplo, entre pós-keynesianos e marxistas. A resposta dada por Solow tem como um de seus elementos fortes a introdução da idéia de que mesmo se os agentes econômicos agirem em seu próprio interesse, poderá haver uma tendência à formação de normas sociais que levem a um comportamento menos atomístico dos trabalhadores. Essa idéia ajusta-se facilmente a outras teorias.

Esses últimos comentários fazem com que o trabalho de Solow seja uma contribuição importante não apenas para neokeynesianos, mas também para outros economistas menos ortodoxos. O livro é também uma apresentação fácil e objetiva das principais idéias dos neokeynesianos no que tange ao comportamento do mercado de trabalho. Nele o autor demonstra um estupendo poder de síntese, apresentando teorias e problemas de maneira sucinta sem, entretanto, deixar escapar o essencial. Para os não-neokeynesianos, o livro pode ser mais do que uma boa apresentação das idéias dessa escola. Ele apresenta uma teoria facilmente adaptável por outras escolas, já que sua essência não se prende aos elementos da teoria neoclássica.

Referências bibliográficas

Blanchard, O. & Fischer, S. *Lectures on macroeconomics*. Cambridge, MIT Press, 1989.

Danthine, J. & Lambelet, J. The Swiss recipe: conservative policies ain't enough. *Economic Policy*, 147-79, Oct., 1987.

_____ & _____. The Swiss labor scene, or why humans sometimes cooperate and sometimes don't. *Working Paper*, n. 8.088, Département d'Econometrie et d'Économie Politique, Université de Lausanne, 1988.

² Uma revisão mais formal das duas teorias revisadas por Solow e da teoria dos contratos pode ser encontrada em Blanchard e Fischer (1989, cap. 9).